



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL – TJDF
CONCURSO PÚBLICO – Edital n.º 1/97 – TJDF, de 24/11/97
Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA JUDICIÁRIA - ATIVIDADE PROCESSUAL

Nas questões de 1 a 50, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. A marcação da letra F, na **Folha de Respostas**, não contará para efeito de correção; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 4.

Sinfonia neoliberal

- 1 Rio de Janeiro – A história não é minha. Veio numa revista estrangeira. Tampouco é recente. O que confirma a velha
sentença de Salomão, segundo a qual nada existe de novo sob o Sol. Vamos a ela.
- 4 No mundo da modernidade e da eficiência, um presidente de empresa recebeu convite para uma audição da Sinfonia
Inacabada, de Schubert. Como tinha compromisso anteriormente assumido, transferiu o convite para o segundo homem
do *board*, pedindo-lhe um relatório da missão. No dia seguinte recebeu um *paper*:
- 7 “1) Durante períodos consideráveis, quatro músicos que tocavam oboé nada tinham para fazer. Eles podiam ser
eliminados, donde: os custos seriam distribuídos e haveria mais lucro.
- 2) Quarenta violinos tocaram notas idênticas. Um desperdício. Essa parte poderia ser drasticamente reduzida.
- 3) Notou-se esforço desnecessário na execução de bemóis e sustenidos. Se o autor os tivesse suprimido,
10 arredondando o valor de cada um deles pela nota mais simples (o si bemol seria apenas si, o dó sustenido seria
ré), obter-se-ia considerável economia de meios e uma execução mais rápida e fluente.
- 4) Não detectei nenhuma finalidade prática na repetição pelos metais dos mesmos temas já executados pelas cordas.
13 Se essas passagens redundantes fossem eliminadas, o concerto poderia obter os mesmos resultados com a
economia aproximada de 20 minutos, donde o autor, o vienense Franz Schubert, poderia ter completado sua
sinfonia inacabada.”
- 16 O relatório foi apresentado na reunião semanal da diretoria. Consideraram-no excelente. Na semana seguinte, o
presidente do *board* foi surpreendido com a aceitação de seu pedido de demissão – demissão que ele não pedira. Um novo
gênio do neoliberalismo ocuparia o seu lugar, justamente o segundo homem da empresa, autor do relatório sobre a peça de
19 Schubert.
- 22 No exercício seguinte, a empresa demitiu 3.570 empregados, fechou 18 filiais espalhadas em 12 Estados e, numa
licitação pública do Ministério do Meio Ambiente, foi considerada a mais indicada para enlatar o ar da Suíça a ser vendido
no Cubatão.

Carlos Heitor Cony. *Sinfonia neoliberal*. Folha de S. Paulo, 7/8/95.

QUESTÃO 1

É correto inferir do texto que

- ☐ A o autor é um adepto do neoliberalismo, conforme comprova o título.
- ☐ B o acontecimento narrado exemplifica a sentença de Salomão e pode aplicar-se a circunstâncias atuais.
- ☐ C a arte é dispensável em uma sociedade justa, moderna e eficiente.
- ☐ D Schubert não terminou a Sinfonia Inacabada porque perdeu tempo inutilmente.
- ☐ E o novo presidente da empresa teve de tomar medidas duras, porém necessárias à preservação ambiental.

QUESTÃO 2

A respeito da estrutura do texto, é correto afirmar que

- ☐ A a conclusão do pensamento foi colocada no primeiro parágrafo.
- ☐ B este seria um texto dissertativo, se houvesse uma narrativa menor.
- ☐ C o autor, para defender um pensamento, usou uma história em que as respostas possíveis para as perguntas básicas de uma

- narração – Quem? Fez o quê? Quando? Onde? Como? Por quê? – têm fundamentação na História da Arte.
- D** o ponto de vista da narrativa que começa na linha 3 é o do autor, na condição de personagem secundário.
- E** os períodos dissertativos do primeiro parágrafo apresentam-se sem marcas da presença do autor.

QUESTÃO 3

Assinale a opção em que a interpretação dada ao trecho indicado está de acordo com o texto e gramaticalmente correta.

- A** Linhas 6 e 7: **Os quatro, que tocavam oboé podiam ser eliminados e, assim, haveria mais lucro.**
- B** Linhas de 9 a 11: **Poderia-se obter uma execução mais rápida e econômica com o arredondamento para cima ou para baixo de sustenidos e bemóis.**
- C** Linhas de 12 a 15: **A repetição por instrumentos de metal de passagens já executadas por instrumentos de corda foi redundante, pouco prática, e inviabilizou, segundo o relator, a finalização da Sinfonia.**
- D** Linhas de 16 a 19: **O presidente da empresa se surpreendeu com o pedido de demissão do outro, considerado, na reunião semanal, um novo gênio do neoliberalismo.**
- E** Linhas de 20 a 22: **Depois desse relatório, o presidente aprendeu a lição e passou a administrar melhor a empresa: demitiu funcionários, fechou filiais e por ser eficiente e econômica, venceu uma licitação pública.**

QUESTÃO 4

A respeito da convenção do português escrito, assinale a opção **incorreta**.

- A** As palavras “eficiência”, “desperdício”, “desnecessário”, “relatório”, “gênio”, “Ministério” e “Suíça” seguem a mesma regra de acentuação.
- B** As palavras “é”, “oboé” e “bemóis” seguem regras de acentuação diferentes.
- C** Na linha 16, se o verbo **considerar** fosse conjugado na primeira pessoa do plural, o pronome “-no” deveria ser substituído por **-lo**.
- D** Em “história”, a retirada do acento gráfico indica mudança de classe de palavra.
- E** Escreve-se com -g- **Boa viagem**, mas não **Viagem bem e voltem depressa**.

Leia o texto abaixo para responder às questões de 5 a 7 e 10.

Cachorro também é caso de polícia

- 1 Ao montar a estratégia de combate à violência, Nova York intensificou a perseguição a pacíficos e aparentemente inofensivos personagens da cidade – os donos de cães.
- 4 Policiais receberam ordens para multar quem não cuida da sujeira de seus animais. São auxiliados por 200 fiscais que perambulam pelas ruas e parques.
- A multa começa em U\$ 100 e vai crescendo à medida que a delinquência se repete.
- 7 É comum ver mulheres com vestidos caríssimos, salto alto, vestindo luva de plástico, que se converte num saco, procurando a cesta de lixo mais próxima.
- Há poucos dias, os fotógrafos flagraram John Kennedy Jr., um dos personagens mais charmosos e sofisticados do país, agachado ao lado de seu cachorro com uma dessas luvas descartáveis.
- 10 O esforço tinha de dar certo. Ninguém considera uma boa idéia pagar U\$ 100 para cada passeio incivilizado de seu cachorro.
- Nunca as ruas estiveram tão limpas – e em 30 anos nunca estiveram tão pacíficas.
- 13 Haveria alguma relação entre ruas mais limpas e menos violência?
- (...)
- Em Nova York o crime caiu porque, em essência, aumentou o nível de cidadania. Este nível vai desde melhoras no
- 16 envolvimento da comunidade em projetos de educação e saúde, passando pela geração de empregos, até andar em ruas com menos fezes e mais policiais.

Gilberto Dimenstein. **Folha de S. Paulo**, Mundo, 21/12/97, p. 20 (com adaptações).

QUESTÃO 5

Com relação à interpretação dada aos elementos estruturais do texto, assinale a opção **incorreta**.

- A** A localização espacial da ação narrada é evidente e a dimensão temporal pode ser facilmente deduzida.
- B** A administração de Nova York descobriu a fórmula ideal para literalmente limpar a cidade: a polícia e, obviamente, os garis.
- C** Para os administradores da cidade, os passeios incivilizados dos cães representam falta de cidadania.
- D** Para o autor, a ocorrência de crimes é inversamente proporcional ao exercício da cidadania.
- E** O texto apresenta os donos de cães como exemplos de cidadania e agentes da estratégia de combate à violência.

QUESTÃO 6

Assinale a opção correta quanto à escolha vocabular.

- A** Pelo adjetivo “inofensivos” (R.2), faz sentido concluir que os donos de cães são alvo errado na operação levada a efeito em Nova York.
- B** No terceiro parágrafo, os donos de cães são, de acordo com o contexto, classificados como delinquentes, porque são jovens.
- C** A inclusão de donos de cães ricos ou ilustres, descritos em situações como “procurando a cesta de lixo mais próxima” (R.7) e “agachado ao lado de seu cachorro” (R.9), tem a única função de ridicularizá-los perante a opinião pública.
- D** O autor usou um eufemismo em “para cada passeio incivilizado de seu cachorro” (R.10-11).
- E** Na linha 13, o autor faz uma pergunta apenas retórica, porque, para ele, é evidente e aceito por todos que, se as ruas de uma cidade forem limpas, por decorrência, essa será uma cidade sem violência.

QUESTÃO 7

Julgue os itens abaixo, com relação aos elementos de coesão do texto.

- I - Na linha 3, os pronomes “quem” e “seus” referem-se a “donos de cães” (R.2).
- II - Na linha 5, a palavra “delinqüência” refere-se a “multa”.
- III - Na linha 9, “dessas” tem “personagens” (R.8) como referente.
- IV - A expressão “O esforço” (R.10) refere-se à ação de fiscalizar e multar “quem não cuida da sujeira de seus animais” (R.3).
- V - O pronome possessivo “seu” (R.10) está ligado a um pronome indefinido antecedente.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** II e III.
- C** I, IV e V.
- D** II, III e IV.
- E** I, III, IV e V.

Leia o texto abaixo para responder às questões de 8 a 10.

Uma sugestão de fato do ano, versão 1997

- ¹ O uso efetivo da faixa de pedestres em Brasília é considerado “um pedacinho da Suíça no solo do cerrado”.
Há importantes lições a extrair do caso. Primeiro, ele mostra como pode ser valiosa a colaboração entre sociedade e governo para a obtenção de determinados fins. A sociedade, alertada e, em seguida, mobilizada pelo **Correio Braziliense**,
⁴ criou um clima e apontou para a necessidade de ação. Mas a sociedade sozinha não iria longe. Precisava, para efetivar suas pretensões, de instrumentos de governo, como legislação, disposição e capacitação técnica para aplicá-la e poder de polícia. Segundo, o episódio mostra o que é um processo de educação – informação numa mão, punição na outra. Educar é dizer
⁷ como se deve fazer e estar pronto para punir – multar, no caso – quando não se faz como se deve.
Terceiro, e talvez mais importante, o episódio mostrou que se pode provocar uma mudança de mentalidade, e em pouco tempo. Quando se diz, de seja lá o que for, que é uma “questão de mentalidade” ou de sua irmã gêmea, a “questão
¹⁰ cultural”, se está jogando o problema no arquivo morto das questões insolúveis.
O caso de Brasília provou que, ao contrário, mentalidades se mudam, e rapidamente, desde que se lance mão dos

- 1 instrumentos adequados. Em outras palavras, não estamos condenados eternamente à condição de macunaímas. No dia em que o Brasil compreender que, na administração de uma cidade, ou Estado, revolucionar dessa forma as cabeças vale mais do que um viaduto, ou uma via expressa, estaremos salvos.

Roberto Pompeu de Toledo. **VEJA**, n.º 51, 24/12/97, p. 149 (com adaptações).

QUESTÃO 8

Considerando que a palavra “caso” (R.2) refere-se ao cumprimento da lei relativa às faixas de pedestres em Brasília, assinale a opção que representa uma interpretação adequada do raciocínio do autor.

- A** A primeira lição tirada do caso foi promovida por um jornal da cidade, que realizou praticamente quase todo o trabalho.
- B** O episódio ensinou que sem a perspectiva de castigo é muito mais fácil mudar comportamentos.
- C** Para que se obtenham determinados fins, como a obediência a uma lei relativa às faixas de pedestres, é necessária uma ação educativa complexa que envolva, inclusive, punição.
- D** Usar adequadamente a faixa de pedestres é difícil porque é uma questão cultural, e esse argumento é irremovível.
- E** A educação do brasileiro só vai acontecer com uma revolução: o Estado precisa construir menos viadutos e usar mais o poder de polícia.

QUESTÃO 9

Enfocando a estrutura sintática do texto, assinale a opção correta.

- A** Na frase “Há importantes lições a extrair do caso” (R.2), o verbo não concordou com seu sujeito plural.
- B** A concordância entre sujeito e predicado estabelece-se, quando a frase “Há importantes lições a extrair do caso” (R.2) é colocada no pretérito, do seguinte modo: **Haviam importantes lições a extrair do caso.**
- C** Na linha 4, o termo “sozinha” é adequadamente interpretado como complemento predicativo de “sociedade”.
- D** Na linha 5, o objeto direto pronominal “-la” refere-se a “sociedade” (R.4).
- E** Em “mentalidades se mudam” (R.11), o verbo concorda no plural com o sujeito da passiva.

QUESTÃO 10

Considerando a leitura dos dois últimos textos, julgue os itens abaixo.

- I - Os dois textos tratam de problemas de simples solução: basta usar a polícia.
- II - Os textos são comparáveis, porque permitir que um cão suje a rua ou não parar o carro para esperar um cidadão atravessar a faixa de pedestres são comportamentos socialmente condenáveis.
- III - Ambos os autores propõem como solução para os problemas em foco uma educação popular que não dispensa a força policial.
- IV - Em ambos os textos, a multa é apresentada como o único elemento de transformação da sociedade.
- V - Em ambos os textos, as questões apresentadas são socialmente relevantes.

Estão certos apenas os itens

- A** I e IV.
- B** II e IV.
- C** I, II e III.
- D** II, III e V.
- E** III, IV e V.

LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

QUESTÃO 11

Julgue os itens que se seguem com relação à competência dos órgãos judiciais, à luz das normas pertinentes.

- I - Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) processar e julgar, originariamente, mandado de segurança impetrado para impugnar o ato do presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) que, no exercício de suas funções administrativas, homologou o resultado de uma licitação.
- II - Compete ao TJDFT processar e julgar, originariamente, as ações cíveis em que juízes de direito figurem como réus.
- III - Não é da competência do TJDFT o julgamento de conflito de competência havido entre um juiz federal e o próprio Tribunal.
- IV - Cabe mandado de injunção contra a omissão do governador do Distrito Federal (DF) – quando for de sua atribuição a elaboração da norma regulamentadora –, hipótese em que o TJDFT será competente para processar e julgar, originariamente, a impetração.
- V - As funções administrativas do TJDFT são cometidas a uma de suas turmas, nos termos da Lei de Organização Judiciária do DF.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4. **E** 5.

QUESTÃO 12

Um cidadão, indiciado em inquérito policial por um dos delegados de polícia civil sediados na cidade-satélite do Gama, no DF, impetrou *habeas corpus* em face do ato da autoridade policial, pleiteando o trancamento do referido inquérito. Distribuída a ação a uma das varas criminais da circunscrição judiciária do Gama, o juiz, ao recebê-la, afirmou-se incompetente, remetendo os autos à vara do tribunal do júri daquela mesma circunscrição. Considerando a situação apresentada, assinale a opção correta.

- A** O juiz de direito equivocou-se ao remeter o processo à vara do tribunal do júri, haja vista o julgamento de *habeas corpus*, em nível de primeiro grau de jurisdição, ser de competência privativa das varas criminais.
- B** A situação processual proposta é inteiramente descabida, haja vista a circunscrição judiciária do Gama dispor apenas de varas de competência geral.
- C** Se o indiciado fosse policial militar, o processo deveria ter sido remetido à justiça militar, qualquer que fosse o crime em apuração.
- D** A providência ordenada pelo juiz da vara criminal é cabível, em tese, à luz de expressa previsão da Lei de Organização Judiciária do DF.
- E** O órgão judicial competente para processar e julgar o *habeas corpus* é o TJDFT.

QUESTÃO 13

Assinale a opção correta acerca da organização judiciária do DF.

- A** Tratando-se de crime envolvendo tráfico de entorpecentes, cometido e apurado na cidade-satélite de Samambaia, a ação penal respectiva será processada e julgada em uma das varas criminais da circunscrição judiciária de Samambaia.

- B** A ação de divórcio de um casal domiciliado na cidade-satélite do Cruzeiro será processada e julgada em uma das varas de família da circunscrição judiciária da cidade-satélite do Guará.
- C** Na circunscrição judiciária da cidade-satélite de Brazlândia, as ações de divórcio e as ações penais por homicídios culposos cometidos em acidentes de trânsito são processadas e julgadas na mesma vara.
- D** A falência de uma empresa sediada em Luziânia (GO) – cidade localizada na chamada Região do Entorno do DF – será processada e julgada na vara única de falências e concordatas do DF.
- E** Sendo condenado em mais de uma ação criminal, o réu deverá postular a unificação das penas que lhe foram impostas ao juízo criminal que o sentenciou.

QUESTÃO 14

Assinale a opção correta a respeito da justiça militar do DF.

- A** A justiça militar do DF é órgão da justiça federal.
- B** Todos os componentes do Conselho Especial de Justiça devem ter patente de oficial – da ativa ou em inatividade –, nenhum deles, porém, com patente inferior à do réu.
- C** O Conselho Permanente de Justiça é órgão especial do TJDF.
- D** O julgamento de *habeas corpus*, na esfera da justiça militar, está privativamente afeto ao órgão de segundo grau de jurisdição.
- E** O Conselho Especial de Justiça é o órgão competente para o julgamento da ação penal, quando o acusado é oficial do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

QUESTÃO 15

Julgue os itens que se seguem, acerca da competência dos órgãos da justiça do DF.

- I - As ações populares em que o governador do DF figurar no pólo passivo serão processadas e julgadas, originariamente, no TJDF.
- II - Os embargos de terceiro, opostos pelo DF a um processo de conhecimento, serão processados e julgados em uma das varas da fazenda pública – para onde será remetido o processo embargado.
- III - Na circunscrição especial judiciária de Brasília, as ações de investigação de paternidade são julgadas na vara de órfãos e sucessões.
- IV - Uma ação penal por homicídio culposo, cometido em acidente de trânsito ocorrido na cidade-satélite de Ceilândia, será processada e julgada no tribunal do júri daquela circunscrição judiciária.
- V - Uma ação de separação consensual, promovida por um casal domiciliado na cidade-satélite de Sobradinho, será processada e julgada em uma das varas cíveis da circunscrição judiciária de Sobradinho.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4. **E** 5.

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Para responder às questões de **16 a 20**, considere **exclusivamente** o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, pondo de parte eventuais incompatibilidades dele com outras normas, qualquer que seja a hierarquia delas.

QUESTÃO 16

Acerca da estrutura do TJDF, assinale a opção correta.

- A** Os embargos de declaração opostos a acórdãos dos órgãos fracionários do Tribunal são sempre julgados por outro órgão, composto por maior número de membros.
- B** Ofícios, alvarás, cartas de sentença e mandados correspondentes a processos em curso no Tribunal são mandados expedir e subscritos pelo relator do respectivo feito.
- C** Os agravos regimentais interpostos contra decisões monocráticas de presidente ou relator de órgão fracionário devem ser julgados por este mesmo órgão.
- D** Os presidentes do Conselho Especial e das Câmaras jamais votam.
- E** A presidência do Tribunal deverá ser transmitida, por ofício, sempre que o presidente precisar afastar-se do DF.

QUESTÃO 17

Acerca dos desembargadores e dos juízes vinculados ao TJDF e com relação ao processo no Tribunal, julgue os itens seguintes.

- I** - Os juízes de direito convocados para substituir desembargador poderão integrar todos os órgãos fracionários do Tribunal.
- II** - Além das comissões permanentes, o Tribunal poderá ter comissões temporárias.
- III** - Se Cláudio comunicar ao TJDF que um indivíduo com foro por prerrogativa de função no Tribunal praticou determinado crime, então o expediente com a notícia-crime, assim que chegar à distribuição da Corte, deverá ser registrado como ação penal.
- IV** - Todos os feitos e expedientes endereçados ao TJDF devem ser registrados e distribuídos com a sigla da classe correspondente; assim, sempre que for interposto recurso nos autos de processo em trâmite no órgão, deverá ser alterada a respectiva classe.
- V** - Nem sempre o afastamento de desembargador implica a convocação de juiz de direito para atuar em sua substituição.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.
- E** 5.

QUESTÃO 18

Relativamente ao preparo, assinale a opção correta, considerando, em cada uma, apenas o aspecto especificamente indicado para julgamento.

- A** Considere a seguinte situação: Magda é advogada de Joana, que figura como apelante em uma ação em trâmite no TJDF. A apelante, nos autos do recurso, requereu determinado provimento judicial, incidentalmente, o qual foi negado pelo relator. Inconformada, a apelante interpôs agravo regimental, não efetuando nenhum preparo. Na situação apresentada, agiu corretamente a agravante ao não recolher custas, pois o processamento do agravo regimental não depende do pagamento

delas.

- B** Considere a seguinte situação: Júlia é Procuradora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e aforou ação rescisória contra acórdão do TJDF em uma apelação cível que versava sobre questão pertinente à defesa do consumidor. O departamento financeiro do MPDFT, bem como a aludida Procuradora de Justiça, não providenciou o recolhimento de custas, mesmo tratando-se de ação rescisória. Na situação apresentada, deveria o relator extinguir o processo sem julgamento de mérito, pois o processamento de ação rescisória subordina-se a preparo.
- €** Considere a seguinte situação: Frederico é Procurador do Distrito Federal e interpôs recurso extraordinário contra acórdão prolatado pelo TJDF. Sendo recém-empossado e muito diligente, Frederico de imediato solicitou, ao setor competente da Procuradoria do DF, que fosse efetuado, a tempo e modo, o preparo do recurso, inclusive o porte de retorno. Na situação apresentada, agiu corretamente o Procurador, pois os recursos destinados aos tribunais superiores sujeitam-se a preparo.
- Đ** Considere a seguinte situação: Clóvis requereu medida cautelar perante a Justiça do DF. Devido a sua situação financeira, o requerente pediu, no primeiro grau de jurisdição, que lhe fossem concedidos os benefícios da justiça gratuita e isto foi-lhe deferido. Mal-sucedido no processo, Clóvis, por meio de seu bastante procurador, apelou ao TJDF. Seu advogado não providenciou o preparo do recurso. Na situação apresentada, o recurso deverá reputar-se deserto, porquanto a isenção de custas para os beneficiários da justiça gratuita não abrange os recursos para o segundo grau de jurisdição.
- E** Considere a seguinte situação: Amanda é ré, no primeiro grau de jurisdição, em ação penal promovida pelo MPDFT, pelo delito de loteamento irregular e por crime contra o ambiente. No curso da ação, decretou-se a prisão preventiva da ré. Esta, acreditando sofrer constrangimento ilegal, pediu, por intermédio de seu advogado, ordem de *habeas corpus* ao TJDF, que a deferiu, determinando a expedição de alvará de soltura em favor da requerente. Na situação apresentada, para que o alvará seja entregue ao procurador da impetrante, deverá ser realizado o indispensável preparo.

QUESTÃO 19

Acerca das atribuições do relator, julgue os itens seguintes.

- I - Se a parte suscita questão de ordem cuja solução é necessária ao bom andamento do processo, deve o relator submetê-la ao respectivo órgão de julgamento.
- II - Nem todas as medidas cautelares incidentais têm o processamento e julgamento da competência do relator do processo considerado principal.
- III - Considere a seguinte situação: Pedro é advogado de Carla e, nessa qualidade, representa-a em apelação em curso no TJDF. Após distribuída a apelação, Pedro atravessa petição nos autos, requerendo antecipação da tutela jurisdicional, demonstrando estarem presentes todos os requisitos para o deferimento dessa medida. O relator do recurso, todavia, denega a tutela antecipada. O indeferimento é publicado na imprensa oficial e Pedro, esquecido dos prazos, só interpõe agravo regimental vários meses após a intimação da decisão. Na situação apresentada, compete ao relator, monocraticamente, negar seguimento ao agravo.
- IV - Quando for hipótese de intervenção do Ministério Público, compete ao relator determinar a remessa dos autos àquela instituição, ainda que as partes não a requeiram.
- V - Em certos casos, o relator pode delegar a juiz de direito a prática de atos de processos de competência do Tribunal.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **€** 3. **Đ** 4. **E** 5.

QUESTÃO 20

A respeito das sessões, assinale a opção correta.

- A** Se o relator de um processo verificar que foi chamado para julgamento processo de outro relator versando sobre a mesma questão jurídica, deverá, apenas ao final da sessão, requerer ao presidente que seja apreciado o seu processo.
- B** O pedido de vista por parte de um desembargador impede que os demais, que ainda não tenham votado, profiram seu

juízo.

- € Os desembargadores que não hajam presenciado o relatório não poderão votar em hipótese alguma.
- Đ Se um desembargador suscitar questão preliminar e esta não for acatada, o desembargador vencido na referida questão deverá votar o mérito do processo.
- £ Em nenhuma hipótese um desembargador poderá modificar o voto que proferiu.

PROVIMENTO GERAL DA CORREGEDORIA

QUESTÃO 21

Julgue os itens que se seguem, à luz das disposições do Provimento Geral da Corregedoria do TJDF que disciplinam o funcionamento dos juizados especiais cíveis e criminais no DF.

- I - Consumada a suspensão condicional do processo em um juizado especial criminal, a este caberá acompanhar o cumprimento das condições impostas.
- II - Nos juizados especiais cíveis, o pedido pode ser deduzido diretamente pelo autor, não sendo necessária a intermediação de advogado. Todavia, o pedido deve ser formulado por escrito, não se admitindo a sua formulação oral.
- III - A competência dos juizados especiais criminais limita-se ao julgamento de crimes cuja cominação preveja pena de multa ou penas restritivas de direito, haja vista a imposição de penas privativas de liberdade ser incompatível com o contraditório restrito adotado nos referidos juizados.
- IV - Nos processos que tramitam pelos juizados especiais criminais, os antecedentes criminais dos acusados podem ser informados mediante simples certidão da secretaria do juízo, hipótese em que não será necessária a juntada da folha de antecedentes fornecida pelo Instituto Nacional de Identificação.
- V - Os recursos – mesmo os embargos de declaração – interpostos contra decisão final proferida por juizado especial, cível ou criminal, serão julgados por uma turma recursal, composta de juízes de direito.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1. B 2. € 3. Đ 4. £ 5.

QUESTÃO 22

Julgue os itens que se seguem, acerca do funcionamento dos órgãos judiciais, conforme disposto no Provimento Geral da Corregedoria do TJDF.

- I - As petições incidentais, dirigidas ao juiz da causa, não são recebidas no cartório da vara. Devem, sim, ser entregues em cartório próprio, destinado aos serviços de protocolo e distribuição, sendo que, em cada circunscrição judiciária, há um cartório instalado para o desempenho dessa atribuição.
- II - Os autos de um agravo de instrumento julgado, em definitivo, pelo TJDF serão arquivados no juízo de origem.
- III - As capas dos autos dos processos são diferenciadas pela cor. Os *habeas corpus* são autuados em capas brancas e as medidas cautelares são autuadas em capas rosas.
- IV - Os autos não deverão ter mais de duzentas folhas em cada volume.
- V - Quando o Ministério Público atuar em um processo de natureza cível, essa informação deverá constar da capa dos autos.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1. B 2. € 3. Đ 4. £ 5.

QUESTÃO 23

Assinale a opção correta, à luz das disposições do Provimento Geral da Corregedoria do TJDF.

- A** A publicação, no Diário da Justiça, de um despacho de intimação deverá ser certificada nos autos do respectivo processo, com a indicação da data e da página do periódico. A indicação do dia da semana só deverá constar da certidão, se a publicação ocorrer em uma sexta-feira ou em véspera de feriado forense.
- B** As varas cíveis e criminais da Justiça do DF são obrigadas a manter os mesmos livros de registros.
- C** As ações cautelares incidentais e as reconvenções não podem ser distribuídas, haja vista a prevenção já firmada.
- D** O juiz distribuidor deve ser um juiz de direito. A corregedoria estará autorizada, contudo, a designar um juiz de direito substituto para a função, quando já se houver consumado o rodízio entre todos os titulares das varas da respectiva circunscrição judiciária.
- E** Tratando-se de ação em que se requeira providência liminar – por exemplo, em mandados de segurança, *habeas corpus* e medidas cautelares –, a petição inicial poderá ser protocolada diretamente na vara, ainda que em horário de regular funcionamento do cartório de distribuição. No mesmo ato em que decidir sobre o pedido de liminar, o juiz determinará, ao final, a remessa dos autos à distribuição.

QUESTÃO 24

São isentos(as) do pagamento de custas

- A** os mandados de segurança. **D** as ações cautelares.
- B** as ações de alimentos. **E** os *habeas data*.
- C** as ações monitorias.

QUESTÃO 25

O juiz plantonista pode

- I - decidir acerca de pedidos de progressão de regime prisional.
- II - homologar, em matéria afeta à vara da infância e da juventude, remissão concedida pelo Ministério Público.
- III - deferir a suspensão condicional do processo.
- IV - despachar medidas liminares ou urgentes nas causas de natureza cível.
- V - decidir acerca de pedidos de prisão temporária e prisão preventiva.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4. **E** 5.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 26

Carlos tem interesse em adquirir o apartamento que aluga de Ricardo. Este, no entanto, pediu preço considerado excessivo por Carlos. O negócio, por isso, não se realizou. Carlos, então, ajuizou ação contra Ricardo pedindo que o juiz arbitre o preço justo, indicou testemunhas para serem ouvidas e pediu prova pericial. O juiz, antes de determinar a citação do réu, extinguiu o processo. Partindo do pressuposto de que não há lei que obrigue Ricardo a vender o apartamento, nem que restrinja o direito de Ricardo de pedir pelo imóvel o preço que queira, o processo

- A** não poderia ter sido extinto sem, antes, Ricardo ser citado.
- B** poderia ter sido extinto somente depois de produzidas as provas requeridas por Carlos.
- C** poderia ter sido extinto de plano, por falta de possibilidade jurídica do pedido.
- D** poderia ter sido extinto de plano, por falta de legitimidade passiva *ad causam*.
- E** poderia ser extinto de plano, mas com o julgamento do mérito.

QUESTÃO 27

A respeito das partes, dos seus procuradores e dos seus respectivos deveres no processo, assinale a opção correta.

- A** A renúncia do advogado ao mandato recebido impede a prática, por ele, de qualquer outro ato no processo, a partir do momento da própria renúncia.
- B** Ao adquirir a coisa litigiosa, o adquirente substitui o alienante na ação, independentemente da aquiescência da parte contrária.
- C** Em nenhuma hipótese se pode demandar direito alheio em nome próprio.
- D** A pessoa casada necessita do consentimento formal do outro cônjuge para propor qualquer ação.
- E** É dever da parte e do seu procurador expor os fatos em juízo conforme a verdade.

QUESTÃO 28

Apreciando ação ordinária, causa regida por regra de competência absoluta, o juízo X entendeu-se incompetente e remeteu o feito para o juízo Y. Tanto os juízos X e Y, como também o juízo Z, têm como órgão jurisdicional superior o mesmo Tribunal de Justiça. À vista desses fatos, assinale a opção correta.

- A** Se o juízo Y também se entender incompetente, deverá extinguir o processo sem o julgamento do mérito.
- B** Se o juízo Y entender que ele é de fato competente para a causa, mas o Ministério Público achar que o competente é o juízo Z, o Ministério Público deverá suscitar o conflito de competência perante o Tribunal de Justiça.
- C** O juízo Y deverá julgar necessariamente a causa, mesmo que se entenda incompetente, se as partes concordarem com a decisão do juízo X.
- D** Mesmo que o juízo Y entenda ser incompetente para a causa, acreditando que a mesma deve ser julgada pelo juízo Z, não deverá suscitar o conflito de competência perante o Tribunal de Justiça, embora lhe caiba remeter os autos para o juízo Z.
- E** Se o juízo Y entender que não é competente, sendo competente o juízo Z, qualquer das partes estará legitimada para suscitar o conflito de competência perante o Tribunal de Justiça.

QUESTÃO 29

Em relação às provas no processo civil, assinale a opção correta.

- A** A recusa do réu em prestar depoimento pessoal produz o efeito do reconhecimento do pedido do autor.
- B** O juiz pode determinar a realização de prova, mesmo que as partes não a tenham requerido.
- C** Em nenhuma hipótese a parte pode ser obrigada a depor sobre fatos torpes que lhe forem imputados.
- D** Admite-se a confissão de fatos relativos a direitos disponíveis e indisponíveis.
- E** A confissão somente produz efeito se prestada em juízo.

QUESTÃO 30

Ainda acerca das provas no processo civil, assinale a opção correta.

- A** O documento feito por oficial público incompetente é ato desprovido de qualquer poder de prova.
- B** A reprodução de documento por fotocópia, se não autenticada por oficial público competente, perde, em definitivo, o seu poder probante, se a sua autenticidade vier a ser impugnada.
- C** Faculta-se ao autor apresentar os documentos necessários para a demonstração de fatos alegados na inicial juntamente com esta, ou em momento posterior, até a prolação da sentença, conforme melhor convier à estratégia processual do autor.
- D** A prova pericial requerida pelo autor pode ser indeferida, se o juiz entender que o fato já está esclarecido nos autos, por outros meios.

- E** O Código de Processo Civil admite que o juiz delegue a inspeção judicial a serventuário que designar para esse fim.

QUESTÃO 31

A empresa X, sediada em São Paulo, com filial em Belo Horizonte, vendeu uma frota de automóveis a José da Silva, domiciliado em Brasília. O contrato foi celebrado no Rio de Janeiro, por empregados da empresa lotados na capital mineira. As partes estipularam, no contrato que celebraram, que as ações judiciais decorrentes do mesmo contrato seriam propostas em Goiânia. José da Silva deixou de cumprir certa obrigação decorrente do contrato celebrado, causando prejuízo à empresa X. Esta, então, propôs ação, em São Paulo, visando ao ressarcimento do prejuízo decorrente do inadimplemento do contrato. Embora depois do prazo previsto para tanto, José da Silva apresentou no processo petição em que arguiu a incompetência do juízo de São Paulo para julgar a causa e indicou o juízo que entendia ser o competente. Considerando essas circunstâncias, a causa deverá ser decidida em

- A** São Paulo. **B** Belo Horizonte. **C** Goiânia. **D** Rio de Janeiro. **E** Brasília.

QUESTÃO 32

A respeito dos recursos da apelação e do agravo de instrumento, assinale a opção correta.

- A** A apelação da sentença que condena à prestação de alimentos deve ser recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.
B O relator do agravo de instrumento pode atribuir efeito suspensivo ao recurso.
C Da sentença que extingue o processo sem o julgamento do mérito cabe agravo de instrumento.
D O agravo de instrumento contra decisão do juiz de primeira instância deve ser apresentado a este, cabendo à secretaria da vara encaminhar o processo, depois do exame de admissibilidade, ao tribunal superior.
E O juiz pode exercer o juízo de retratação nas apelações interpostas contra sentença por ele prolatada.

QUESTÃO 33

Ainda acerca do recurso do agravo, assinale a opção correta.

- A** A petição do agravo de instrumento deve, obrigatoriamente, estar instruída com cópias das procurações outorgadas aos advogados tanto do agravante quanto do agravado.
B Incumbe ao juiz de primeiro grau determinar a intimação do agravado, nos agravos de instrumento interpostos contra decisão sua.
C O Ministério Público não pode ser ouvido nos agravos de instrumento interpostos contra decisões proferidas nos processos em que é parte.
D Nas hipóteses em que o juiz de primeiro grau se retrata da decisão agravada, o agravo de instrumento deve ser julgado procedente.
E A intimação do agravado, para responder ao recurso, deve ser feita por publicação na imprensa oficial.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 34

De acordo com o tratamento dado à ação penal no direito brasileiro, assinale a opção correta.

- A** Tomando-se sob foco o titular do direito de agir, a ação penal pode ser classificada em pública (incondicionada e condicionada) e privada (exclusiva e subsidiária), sendo certo que, em qualquer dessas modalidades (pública ou privada) a ação penal sujeita-se aos princípios da obrigatoriedade e da indivisibilidade.
B Nos crimes sujeitos a ação penal pública condicionada à representação do ofendido, se, por culpa exclusiva deste, ficar o processo paralisado por mais de trinta dias, ter-se-á causa de perempção da ação penal, com a conseqüente extinção da punibilidade do acusado.
C O direito de punir (*jus puniendi*) pertence ao Estado, exceção feita aos casos de crime sujeito a ação penal exclusivamente privada.
D A denúncia ou queixa será rejeitada quando faltar condição exigida pela lei para o exercício da ação penal, motivo pelo qual deverá o juiz rejeitar a denúncia ou queixa que não se fizer acompanhar do rol de testemunhas que possam depor acerca da veracidade dos fatos narrados, porque a lei processual penal não admite a instauração de ação penal sem que o acusador

- indique, ao menos, uma testemunha.
- E** Diante de um crime sujeito a ação penal pública incondicionada, se o órgão do Ministério Público, em vez de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de qualquer peça de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará a remessa do inquérito ou das peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento e, nessa última hipótese, estará o juiz obrigado a determinar o arquivamento.

QUESTÃO 35

De acordo com a sistemática do processo penal brasileiro, assinale a opção **incorreta**.

- A** O juiz estará impedido de exercer jurisdição no processo em que houver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.
- B** O denominado conflito de jurisdição (positivo ou negativo) somente poderá se dar entre duas ou mais autoridades judiciárias.
- C** A competência será, via de regra, dual (teoria da ubiqüidade), considerando-se competentes para conhecer da ação penal, concomitantemente, tanto o juízo do local onde ocorreu a ação ou omissão criminosa quanto o juízo do local em que se consumou ou deveria se consumir a infração penal.
- D** A conexão e a continência influem na fixação da competência.
- E** Nos casos em que se aplica a lei penal brasileira ao crime praticado fora do território nacional, será competente para conhecer da respectiva ação penal o juízo da capital do estado onde houver por último residido o acusado ou, se este nunca tiver residido no Brasil, será competente o juízo da Capital da República.

QUESTÃO 36

Acerca da prisão no direito processual penal brasileiro, assinale a opção **correta**.

- A** Costumam-se distinguir três espécies de prisão em flagrante delito, descritas na lei processual penal: flagrante próprio, flagrante impróprio e flagrante presumido, sendo certo que, seja qual for a sua modalidade, essa prisão e o local em que se encontra o preso deverão ser imediatamente comunicados ao juiz competente e à família do preso ou pessoa por ele indicada.
- B** Ao receber comunicação de prisão em flagrante, verificando o juiz que a prisão do autuado não atende a qualquer das hipóteses legais que autorizam a prisão, em flagrante delito, do autor de uma infração penal, deverá, incontinenti, colocar o autuado em liberdade, mediante a concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, conforme o caso.
- C** A prisão preventiva poderá ser decretada em qualquer fase do inquérito policial, sendo incabível a sua decretação no curso da instrução criminal.
- D** Não se admite a decretação da prisão preventiva quando o autor da infração penal provar, inequivocamente, que possui bons antecedentes, residência fixa e emprego certo no distrito da culpa.
- E** Caberá prisão temporária quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado em crime de homicídio culposo.

QUESTÃO 37

Ainda a respeito da prisão no direito processual penal brasileiro, assinale a opção **incorreta**.

- A** Somente a autoridade judiciária poderá decretar a prisão temporária, em face de representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público.
- B** Após o advento da Constituição Federal de 1988, qualquer que seja a modalidade da prisão, só poderá ela ser efetivada mediante mandado da autoridade judiciária competente.
- C** Não poderá o juiz, de ofício, decretar a prisão temporária.
- D** A prisão preventiva tem por finalidade a garantia da ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a segurança de aplicação da lei penal.
- E** A prisão preventiva pode ser, de ofício, revogada pelo mesmo juiz que a decretou.

QUESTÃO 38

Com relação à prova no processo penal brasileiro, assinale a opção correta.

- A** Quando houver contradição entre o depoimento de uma testemunha e a conclusão de um laudo pericial confeccionado por perito do juízo, estará a decisão do juiz vinculada à conclusão do laudo pericial, por se cuidar das impressões de um técnico, às quais a lei confere prevalência absoluta sobre as impressões das testemunhas.
- B** Se o acusado, no interrogatório, concordar com os termos da denúncia e a classificação legal dos fatos ali contida, estará o juiz autorizado pela lei a proceder ao julgamento antecipado da lide.
- C** Por imposição do princípio da verdade real e desde que provada a sua autenticidade, admite-se a condenatória ou exculpatória, ainda que obtida por meios ilícitos.
- D** Não está o réu obrigado a produzir prova contra si.
- E** Embora não esteja sujeito a prestar compromisso legal, o pai do réu, via de regra, não poderá se recusar a depor.

QUESTÃO 39

Ainda acerca da prova no direito processual penal brasileiro, assinale a opção **incorreta**.

- A** Se feita a alegação de um fato, ainda que esse fato seja de conhecimento notório, o seu reconhecimento no processo penal dependerá de prova nos autos.
- B** Pode o juiz, de ofício, determinar diligências de cunho probatório no processo penal.
- C** O exame de corpo de delito poderá ser direto ou indireto, e a confissão do acusado não suprirá a sua falta nos casos em que a lei o exige.
- D** Se for impossível a realização do exame de corpo de delito, mesmo nas hipóteses em que exigido pela lei, a prova testemunhal poderá suprir a sua falta.
- E** Os indícios possuem valor probatório.

QUESTÃO 40

Na posse de elementos indiciários suficientes de que João, penalmente imputável, havia, com emprego de arma de fogo, constrangido Maria a com ele praticar ato libidinoso diverso da conjunção carnal (fato definido como crime – atentado violento ao pudor – no art. 214, *caput*, do Código Penal) e tendo provas de que Maria, com quinze anos de idade e desenvolvimento mental compatível com essa idade era enteada de João, o promotor de justiça apresentou ao juiz denúncia contra João, desconsiderando escritura pública declaratória na qual Joana, civilmente capaz e mãe de Maria, manifestou-se contrária à instauração, por esse fato, de processo criminal contra João, que era seu esposo.

Tomando-se por verdadeiras as informações acima, assinale a opção correta.

- A** O juiz deve rejeitar a denúncia e nomear curador para Maria, determinando que este se manifeste no prazo legal, por se cuidar de crime sujeito a ação penal privada em que há conflito entre os interesses da ofendida e de sua representante legal.
- B** Se, após o crime, houver prova de que João está prestes a causar novo constrangimento a Maria, o juiz poderá, sem prejuízo de outras providências, emitir ordem de *habeas corpus* (preventivo) em favor de Maria, para que esta não venha a ser novamente constrangida em sua liberdade física por João.
- C** Uma vez instaurada ação penal, poderá o juiz, no curso da instrução criminal, vir a decretar a prisão temporária de João, se, regularmente citado, ele não comparecer em dia e hora designados para o seu interrogatório sem apresentar escusa legal.
- D** A arma utilizada por João, mesmo que tenha origem lícita, poderá ser objeto da medida de busca e apreensão.
- E** Uma vez instaurado processo-crime contra João, Maria, por ser menor de dezoito anos, não poderá ser ouvida pelo juiz.

QUESTÃO 41

Sob a ótica do sistema processual penal brasileiro, julgue os itens abaixo.

- I - São órgãos do Poder Judiciário: o STF, o STJ, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais e Juízes Militares, os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, sendo certo que, à exceção dos Tribunais e Juízes do Trabalho, todos os demais órgãos mencionados exercem jurisdição penal.
- II - Nos crimes sujeitos a ação penal pública, esta será promovida pelo Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça ou de representação do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
- III - No processo penal, se a parte (autor ou réu) propõe determinada prova (incriminadora ou exculpatória) e esta surte efeito diverso do pretendido, poderá a parte retirá-la do processo, sem que a isso possa se opor o juiz.
- IV - Qualquer indivíduo do povo poderá prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito, faculdade que não se nega ainda que o flagrado seja o Presidente da República.
- V - A ordem de *habeas corpus* só poderá ser concedida em favor de quem for brasileiro nato ou naturalizado.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4. **E** 5.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 42

Acerca da administração pública na Constituição Federal, assinale a opção correta.

- A** Se João é empregado do Banco do Brasil S.A. e vem a ser aprovado em concurso para um banco público estadual, poderá tomar posse neste, desde que haja compatibilidade de horários, uma vez que a proibição constitucional de acumulação de cargos e empregos públicos não abrange as sociedades de economia mista.
- B** Se o governador de um estado da federação delibera criar, por meio de decreto, uma fundação de amparo à criança e ao adolescente, a ser instituída e mantida com recursos públicos, estará agindo inconstitucionalmente, porquanto a criação de fundações públicas só por lei se pode realizar.
- C** Considere a seguinte situação: Luís de Oliveira é prefeito de um município brasileiro e determina a divulgação das realizações de sua gestão, a título de prestação de contas à população. Nas peças publicitárias dessa campanha, o prefeito faz incluir sua logomarca, com os dizeres **Luís é trabalho**. Na situação descrita, inexistente irregularidade na divulgação, em face de seu caráter informativo e de orientação social.
- D** Considere a seguinte situação: Josefina Albuquerque é presidente de um tribunal de justiça na época em que é publicada lei criando cargos de técnico judiciário no quadro do órgão. Em vez de determinar a realização de concurso público, como determina a Constituição, a desembargadora Josefina nomeia pessoas para ocupar esses cargos, em comissão. Na situação indicada, a consequência jurídica prevista em razão das nomeações é apenas a nulidade dos atos.
- E** Atos que, nos termos da lei, configurem improbidade administrativa poderão gerar, em qualquer hipótese, para os responsáveis unicamente a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

QUESTÃO 43

Com relação aos princípios constitucionais da administração pública, julgue os itens seguintes.

- I - Aplicam-se à administração pública tão-somente os princípios explícitos no texto constitucional.
- II - Quando a Constituição menciona a expressão “lei”, ao estatuir o princípio da legalidade, refere-se ao que, juridicamente, se entende como legislação, termo que compreende uma variedade de atos normativos, tais como a lei ordinária, a lei delegada, a lei complementar, a medida provisória, o decreto, o decreto legislativo e a resolução.
- III - Ao Presidente da República compete o poder regulamentar, que, no entanto, deve voltar-se à fiel execução das leis.
- IV - O princípio da impessoalidade tem, entre outras, a consequência de não gerar a responsabilização pessoal do agente público

pelos atos que pratica em nome do Estado.

- V - O princípio da moralidade significa que os atos da administração devem possuir conteúdo ético, mas não chega a produzir a nulidade daqueles que não o tenham.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4. **E** 5.

QUESTÃO 44

Com referência ao regime constitucional dos agentes públicos, assinale a opção correta.

- A** Os concursos públicos têm prazo de validade de dois anos.
B Durante o prazo de validade do concurso público, é vedada a realização de novo certame de seleção.
C A Constituição estabelece paridade de vencimentos para funções assemelhadas, ao mesmo tempo que proíbe a equiparação e a vinculação de vencimentos.
D Todas as nomeações para cargos, empregos e funções públicas têm de ser precedidas de concurso público.
E A Constituição estabelece que a remuneração dos servidores públicos é irredutível.

QUESTÃO 45

Com relação ao Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- A** O STJ é tribunal superior, com sede em Brasília e jurisdição em todo o território nacional, cabendo-lhe julgar processos oriundos de todos os demais órgãos do Poder Judiciário, em matéria infraconstitucional.
B Aos tribunais e juízes militares compete julgar todos os atos ilícitos que firam direitos ou interesses das Forças Armadas, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares.
C Todas as causas que envolvam questões de inconstitucionalidade devem ser julgadas pelo STF.
D Todos os tribunais devem possuir órgãos especiais, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência do tribunal pleno.
E Tanto a justiça do trabalho quanto a justiça militar são compostas por juízes togados, ou seja, magistrados de carreira, e por juízes leigos, isto é, sem formação jurídica.

QUESTÃO 46

Acerca das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- A** O Ministério Público possui autonomia funcional e administrativa, sendo que cada um de seus ramos é chefiado por um procurador-geral, nomeado pelo chefe do Poder Executivo, após aprovação do tribunal junto ao qual o procurador-geral deverá officiar.
B Compete ao Ministério Público, em caráter exclusivo, a propositura da ação penal pública e da ação civil pública.
C À Advocacia-Geral da União compete a representação judicial da fazenda pública em todas as causas.
D Os membros da Defensoria Pública devem ter a garantia da inamovibilidade, e a Constituição proíbe-lhes o exercício da advocacia fora de suas atribuições institucionais.
E À Defensoria Pública compete a defesa de todos os que forem denunciados pelo Ministério Público em processos de natureza criminal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 47

Acerca do direito administrativo no mundo jurídico e da administração pública, julgue os itens seguintes.

- I - O direito administrativo insere-se na órbita do direito público, razão por que não se lhe aplicam, em hipótese alguma, normas do direito privado.
- II - Em face do princípio da isonomia, a administração e o administrado, na interpretação do direito administrativo, devem-se considerar sempre em pé de igualdade.
- III - Por força do princípio da legalidade, apenas a Constituição e a lei ordinária podem ser consideradas fontes formais do direito administrativo.
- IV - A despeito de disciplinar atividade eminentemente formal, o direito administrativo admite o costume como fonte, embora com restrições.
- V - Os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica nem vontade própria.

A quantidade de itens certos é igual a

- ☐ A 1. ☐ B 2. ☐ C 3. ☐ D 4. ☐ E 5.

QUESTÃO 48

A Secretaria de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde, realizou inspeção em abatedouro de bovinos para comércio interestadual, descobrindo graves irregularidades em suas condições de higiene. Ante o quadro do local e cumpridos os procedimentos legais, a autoridade administrativa decidiu interditar o estabelecimento, independentemente de ordem judicial, até a sanção das deficiências. Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, o atributo que caracteriza esse ato administrativo de interdição é

- ☐ A a executoriedade. ☐ C a exigibilidade. ☐ E o poder de polícia.
☐ B a imperatividade. ☐ D a presunção de validade.

QUESTÃO 49

Com relação ao processo administrativo, assinale a opção **incorreta**.

- ☐ A Apenas a União possui competência para legislar acerca do processo administrativo.
- ☐ B Apesar de a expressão **processo administrativo** ser utilizada, de maneira ampla, para designar quaisquer autos em trâmite na administração pública, tecnicamente não é correto dar-lhe tal amplitude.
- ☐ C O processo administrativo, embora informado pelo princípio da oficialidade, é menos formal do que o processo judicial.
- ☐ D Um dos princípios aplicáveis ao processo administrativo é o da oficialidade; nada obstante, o processo pode iniciar-se por provocação de particular.
- ☐ E O processo administrativo disciplinar, para que seja instaurado, não depende, necessariamente, de sindicância.

QUESTÃO 50

As condutas tipificadas como crimes na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993) **não** incluem

- A** deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade de licitação.
 - B** fraudar licitação instaurada para aquisição de bens ou mercadorias, em prejuízo da administração, elevando preços arbitrariamente.
 - C** frustrar, mediante qualquer expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação.
 - D** apresentar proposta que não atenda aos requisitos do ato de convocação.
 - E** dificultar injustamente a inscrição de interessado nos registros cadastrais.
-